



PROCESSO Nº: 20.819/2013

ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

ASSUNTO: Admissão de Pessoal

EMENTA: Cumprimento da Resolução nº 168/04. Exame da legalidade de admissões no cargo de Professor de Educação Básica, disciplina: Atividades, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital nº 1/2010, publicado no DODF de 7.6.2010. A Unidade Técnica sugere ao Tribunal o conhecimento das fichas admissionais, a legalidade das admissões, excetuando duas, e o retorno dos autos à jurisdicionada, em diligência. O *Parquet* especial acompanha a instrução. Voto convergente. Pela legalidade de algumas admissões e diligência.

Cuidam os autos do exame das admissões no cargo de Professor de Educação Básica, disciplina: Atividades, pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/2010, publicado no DODF de 7.6.2010.

O Órgão Técnico, na instrução de fls. 36/42, informa que o referido certame foi acompanhado pelo Tribunal mediante o Processo nº 17.016/2010.

Assinala que cópias das fichas cadastrais das admissões foram extraídas do SIRAC e juntadas às fls. 1 a 35.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 5AEE7EB1
Proc 20819/2013

Folha:
Processo: 20819/13
Rubrica: _____

Registra que o Controle Interno, na análise das admissões, manifestou-se pela legalidade.

Observa que a acumulação de cargos verificada na ficha cadastral de fls. 11/12 está de acordo com o art. 37, XVI, a, da Constituição Federal.

Prossegue efetuando as seguintes observações:

“5. Além da ficha constante do parágrafo 4, outras duas servidoras declararam acumular cargos. A servidora Jaqueline Santos, ficha cadastral de fls. 9/10, declarou acumular o Cargo de Professor Básico, disciplina Atividades (40 horas), com outro de Técnico em Enfermagem (24 horas). Por sua vez, a servidora Mônica Cristina Monteiro Lima, fls. 24/25, declarou a acumulação do Cargo de Professor Básico, disciplina Atividades (40 horas), com outro de Técnico em Nutrição (24 horas). Ambos os cargos de Técnico são para ter exercício na Secretaria de Saúde do DF.

6. Importa destacar que as acumulações de cargos detalhadas no parágrafo precedente tem uma característica comum: as professoras trabalham das segundas-feiras às sextas-feiras, no cargo de Professor, na SE/DF e, aos sábados e aos domingos, em cargos de técnico, na SES/DF, em descompasso com o disposto no art. 7º, XV, c/c art. 39, § 3º, da CF, que assegura a todos os trabalhadores, inclusive os servidores ocupantes de cargo público, o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. No intuito de assegurar o respeito ao comando constitucional, o Tribunal, a teor da Decisão nº 4238/12, deliberou por:

“IV - determinar a todos os jurisdicionados do TCDF que, na apuração de acumulação de cargos, seja no momento da admissão, seja no momento da comprovação de que cuida o § 3º do art. 46 da Lei Complementar nº 840/2011, levem em consideração, relativamente à compatibilidade de horários, o disposto no art. 7º, XV, c/c o art. 39, § 3º, da Constituição Federal, de forma a assegurar aos ocupantes de cargos, empregos e funções públicas o repouso semanal remunerado;”

7. Diante disso, as servidoras não poderiam trabalhar ininterruptamente, sem um dia de descanso na semana. Contudo, há que se considerar que as fichas admissionais cadastradas no SIRAC refletem a situação das servidoras no momento da posse, que, em especial no caso dos cargos exercidos na área da saúde, trabalha em escalas de revezamento, variáveis, às vezes, a cada semana. Por conseguinte, sugere-se a realização de diligência preliminar junto à SE para que informe detalhadamente a jornada de trabalho das servidoras em ambos os cargos e, caso a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos tenha se manifestado quanto às acumulações, que encaminhe ao Tribunal o conteúdo do respectivo parecer.

8. Os servidores Ivana Gonçalves de Oliveira, fl. 8, Michelle Cristina de Mendonça Carvalho Damaso, fl. 23, Ronaldo Mathias de Moraes, fl.29, Tânia Regina Torquato da Silva, fl.32, e Thaís Cristina Vieira Chaves, fl.34, encontravam-se temporariamente inaptos quando do momento de suas respectivas nomeações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 5AEE7EB1
Proc 20819/2013

Folha:
Processo: 20819/13
Rubrica: _____

A servidora Mônica Cristina Monteiro Lima, fl.24, além da acumulação referida no parágrafo 5, também se encontrava temporariamente inapta quando de sua nomeação, tendo, como os demais servidores reportados neste parágrafo 8, tomado posse extemporaneamente.

9. Sobre a posse de pessoas temporariamente inaptas, o Tribunal deliberou, na Decisão nº 5.480/03, V, por considerar legais admissões nessa condição e orientar a Secretaria de Educação do Distrito Federal a autorizar dilatação de prazo para posse em cargo público somente quando se tratar de servidor em licença, ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que o prazo será contado a partir do término do impedimento. Esse entendimento foi estendido aos candidatos nomeados que ainda não ostentam a condição de servidor ocupante de cargo efetivo, mediante a Decisão nº 1.713/2008, exarada no Proc. nº 40.156/2007. Dessa forma, utilizando como base o precedente citado, sugerimos ao Tribunal releva as falhas apontadas, tendo em conta não trazerem prejuízo à análise”.

Noticia que as nomeações ocorreram segundo a ordem de classificação e no prazo de validade do concurso.

Assevera, com base no exame das informações constantes do SIRAC, que as admissões, exceto as mencionadas no parágrafo 5, quanto ao descanso semanal, respeitaram os requisitos legais e os fixados no edital normativo, bem como que os prazos para posse e exercício foram observados.

Ressalta que, após apreciação pelo Plenário, o registro das admissões será feito no SIRAC, mediante associação da respectiva decisão na função “Confirmar Registro de Admissão” do módulo “Admissão de Pessoal”.

Destaca, ainda, que o confronto dos dados registrados no SIRAC com os documentos e informações existentes nas pastas funcionais dos admitidos será feito por amostragem, em procedimentos de inspeção ou auditoria.

Finalmente, sugere ao eg. Plenário a legalidade de parte das admissões e o retorno dos autos à jurisdicionada, em diligência.

Ouvido a respeito, o Ministério Público que atua junto a esta Corte, no parecer que expõe às fls. 43/44, opina em consonância com os termos sugeridos pelo Corpo Técnico.

É o relatório.



VOTO

Tendo em vista que parte das admissões já pode ser apreciada e considerada legal, bem como que existem questões no processo que ainda pendem de esclarecimentos, em harmonia com os pronunciamentos constantes dos autos, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - tome conhecimento das fichas admissionais juntadas às fls. 1 a 35;
- II- considere legais, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as seguintes admissões, no cargo de Professor de Educação Básica, disciplina Atividades, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes de aprovação no concurso público regulado pelo Edital n.º 1/2010, publicado no DODF de 07.06.2010:

Adriana de Alencar Oliveira
Ana Paula Barros de Carvalho
Anna Karina Braz Rodrigues
Claudiane França de Sousa Guerra
Edilene Marques da Silva Serafim
Ezequias Abreu Sousa
Hayane Gomes Couto
Ivana Gonçalves de Oliveira
Joelma Caixeta de Souza
Josicler Avigo de Abreu Alves
Juliana Eufrasio Rosa
Kelly Moreira Sousa
Lorena Gonçalves Rossi
Luciana Teixeira Vieira
Maria Britânia Brito Vianna Peres
Maria Genivania Nogueira de Souza
Maria Neide Monteiro do Nascimento Sousa
Marleide Vaz de Araújo
Meire Ivone de Souza
Michelle Cristina de Mendonça Carvalho Damaso
Nathália Raissa Pacheco de Oliveira
Regikellsaniely Bezerra da Silva
Rejane Silva de Carvalho



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

e-DOC 5AEE7EB1
Proc 20819/2013

Folha:
Processo: 20819/13
Rubrica: _____

Ronaldo Mathias de Moraes
Sara Cristina Alves da Costa
Sulyane Raiane de Brito da Costa
Tânia Regina Torquato da Silva
Tatiana de Araújo Ramos
Thais Christina Vieira Chaves
Verena Cristina Costa Durão

III - determine à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe:

a) a jornada de trabalho das servidoras Jaqueline Santos e Mônica Cristina Monteiro Lima, nos cargos exercidos na SE e na SES, com o fim de ser verificado o cumprimento do item IV da Decisão nº 4238/12;

b) se as acumulações de cargos públicos declaradas pelas servidoras mencionadas na alínea *a* foram apreciadas pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, encaminhando ao Tribunal, caso haja, o parecer final;

c) as providências adotadas para afastar eventual ilicitude nas acumulações ora apontadas, em face do disposto no item IV da Decisão nº 4238/12;

IV - autorize o retorno dos autos à SEFIPE.

Brasília, em de de 2013.

MANOEL DE ANDRADE

Relator